

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.523.686 - PB (2019/0176276-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **FRANCICLEIDIO DA SILVA PEREIRA**
ADVOGADO : **RAFAEL DE ANDRADE THIAMER - PB016237**
AGRAVADO : **SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**
ADVOGADOS : **MARCELO DE MELO MARTINI - RN008827**
 ELISIA HELENA DE MELO MARTINI - PB001853

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por FRANCICLEIDIO DA SILVA PEREIRA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim ementado:

AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO ESPECIAL 1349453/MS (ART. 543-C DO CPC). ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. NÃO COMPROVAÇÃO. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COM A CONTESTAÇÃO. PRETENSÃO RESISTIDA. INOCORRÊNCIA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS IMPOSTOS À PARTE AUTORA, VENCEDORA DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 82, § 2º DO CPC/2015. AFASTAMENTO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

- Conforme reposicionamento do C. STJ adotado no Recurso Especial 1349453/MS, que foi julgado sob a ótica de Recurso Repetitivo, a propositura de ação cautelar de exibição de documentos preparatória para o fim de instruir ação principal está condicionada à demonstração de existência de relação jurídica entre as partes, comprovação de prévio pedido administrativo à instituição financeira não atendido em prazo razoável e ao pagamento do custo do serviço, desde que haja a previsão contratual respectiva e a normatização da autoridade monetária. - Ausente o interesse de agir da parte que não comprova a existência de prévio requerimento administrativo válido, tal circunstância enseja a extinção do processo sem julgamento do mérito.

- Em caso tal, as decisões do STJ, embora apontem para o princípio da causalidade, apenas indicam que o vencido não está obrigado ao pagamento das custas nem dos honorários, vez que não deu causa a contenda, não podendo a promovida ser condenada em tais encargos. Isso não confere ao Estado-juiz o poder de condenar o vencedor ao pagamento de nenhuma verba.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto no art. 505 do CPC de 2015, defendendo ter havido violação à coisa julgada.

É o relatório. DECIDO.

2. A matéria referente ao artigo 505 do CPC de 2015 (violação à coisa julgada) não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator